

DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO EM UMA EMPRESA DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

HIASMYN DA SILVA COUTO

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

hiasmyncouto@gmail.com

VIVIANE THEISS

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

theissviviane@gmail.com

CLEYTON DE OLIVEIRA RITTA

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

cleytonritta@gmail.com

Resumo

A partir da promulgação de normativas tanto no contexto nacional como internacional, sobre a avaliação do controle interno, nota-se a relevância do controle interno para o trabalho de auditoria contábil, principalmente quanto às deficiências de controle que podem envolver a elaboração das demonstrações contábeis. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é verificar as deficiências de controles internos evidenciadas em uma empresa do setor de energia elétrica com ações negociadas na B3, no período de 2015 a 2022. Para tanto, realiza-se uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem quali-quantitativa, do tipo estudo de caso por meio de pesquisa documental com técnica de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa mostram que as deficiências de controle se referem a problemas de conciliação de contas, erros de cálculo nas demonstrações financeiras, falhas na tecnologia utilizada nos processos contábeis, deficiências na estrutura de controle interno e inconsistências nos registros contábeis. Por sua vez, as principais fraquezas materiais no controle interno foram identificadas na elaboração das demonstrações contábeis, estrutura de controle e tecnologia. Diante dos resultados, conclui-se que as deficiências de controle e fraquezas materiais comprometem a eficácia dos controles internos da empresa e colocam em risco a integridade das informações financeiras.

Palavras-Chave: Auditoria Contábil. Controle Interno. Deficiências de Controle.

Linha Temática: Contabilidade para usuários externos e auditoria

Subtema: Auditoria contábil (interna e independente)

DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO EM UMA EMPRESA DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Resumo

A partir da promulgação de normativas tanto no contexto nacional como internacional, sobre a avaliação do controle interno, nota-se a relevância do controle interno para o trabalho de auditoria contábil, principalmente quanto às deficiências de controle que podem envolver a elaboração das demonstrações contábeis. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é verificar as deficiências de controles internos evidenciadas em uma empresa do setor de energia elétrica com ações negociadas na B3, no período de 2015 a 2022. Para tanto, realiza-se uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem quali-quantitativa, do tipo estudo de caso por meio de pesquisa documental com técnica de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa mostram que as deficiências de controle se referem a problemas de conciliação de contas, erros de cálculo nas demonstrações financeiras, falhas na tecnologia utilizada nos processos contábeis, deficiências na estrutura de controle interno e inconsistências nos registros contábeis. Por sua vez, as principais fraquezas materiais no controle interno foram identificadas na elaboração das demonstrações contábeis, estrutura de controle e tecnologia. Diante dos resultados, conclui-se que as deficiências de controle e fraquezas materiais comprometem a eficácia dos controles internos da empresa e colocam em risco a integridade das informações financeiras.

Palavras-Chave: Auditoria Contábil. Controle Interno. Deficiências de Controle.

Linha Temática: Contabilidade para usuários externos e auditoria

Subtema: Auditoria contábil (interna e independente)

Introdução

A auditoria contábil é uma técnica de análise dos registros contábeis de uma empresa com o objetivo de verificar se as informações financeiras são confiáveis e representam a realidade organizacional (Santos, 2011). Segundo a NBC TA 200, a auditoria das demonstrações contábeis consiste em um conjunto de procedimentos que possibilita a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações financeiras aos princípios e às normas contábeis, bem como às legislações específicas.

De acordo com Attie (2018) e Crepaldi e Crepaldi (2016), a auditoria contábil é relevante para os usuários da informação contábil, uma vez que auxilia na geração de confiabilidade das demonstrações contábeis, garante a transparência de informações e protege os interesses dos usuários envolvidos. Portanto, a auditoria contábil corrobora na tomada de decisão por parte de gestores, investidores, credores e demais interessados. Sá (2002) e Attie (2018) pontuam que a auditoria fornece garantias sobre a precisão e a confiabilidade dos relatórios e de documentos financeiros, além de desempenhar papel significativo na prevenção de práticas antiéticas e na identificação de erros e fraudes nas práticas contábeis e nos controles internos.

Almeida (2008) reforça que a auditoria contábil e o controle interno estão interligados, pois o controle interno fornece a estrutura para a preparação e manutenção de registros financeiros confiáveis, enquanto a auditoria contábil avalia a eficácia desses controles e verifica a precisão das informações financeiras resultantes. Ambos os processos trabalham em conjunto para garantir a integridade e a transparência das informações financeiras de uma organização.



No contexto brasileiro, os controles internos para a auditoria contábil, ganham destaque por meio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que estabelece regulamentações a partir das resoluções NBCs TA 315 (R2) - Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante (2021) e NBCs TA 265 - Comunicação de Deficiências de Controle Interno (2009). Adicionalmente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Resolução n. 80, de 29 de março de 2022, determina a prestação de informações periódicas e eventuais sobre controles internos dos emissores de valores mobiliários negociados em mercados regulamentados. Por outro lado, no cenário internacional, destaca-se a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) que traz exigências em relação à estrutura de governança corporativa e de controles internos na elaboração dos relatórios financeiros (Borgerth, 2007; Perazzolli; Pinheiro; Colares, 2020) e o Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) que traz elementos essenciais sobre a estrutura do sistema de controle interno.

A partir da promulgação de normativas tanto no contexto nacional como internacional, sobre a avaliação do controle interno, nota-se a relevância do controle interno para o trabalho de auditoria contábil, principalmente quanto às deficiências de controle que podem envolver a elaboração das demonstrações contábeis. De acordo com Santos, Lima e Santos (2009), as deficiências de controle interno podem levar os usuários a reconsiderar as percepções sobre a empresa, principalmente quanto à decisão de alocação de recursos versus os riscos envolvidos.

Diante do cenário de deficiências de controles internos, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as deficiências de controles internos evidenciadas em uma empresa do setor de energia elétrica com ações negociadas na B3? Para responder a essa pergunta, o objetivo geral da pesquisa é verificar as deficiências de controles internos evidenciadas em uma empresa do setor de energia elétrica com ações negociadas na B3, no período de 2015 a 2022.

Estudos anteriores sobre evidenciação de deficiências de controles internos são discutidos na literatura pelos autores Ge e McVay (2005), Teixeira e Cunha (2016), Pereira e Pinheiro (2017) e Zittei et al. (2021). Os estudos anteriores mostraram que as deficiências de controles internos podem se manifestar de várias formas, incluindo aspectos de pessoal, complexidade operacional e aspectos gerais da estrutura do sistema de controle interno. Além disso, fatores como governança corporativa, complexidade do negócio, tamanho de empresa, rentabilidade, Lei SOX, ambiente regulatório mais rigoroso, entre outros fatores podem influenciar a existência de deficiências de controles internos

Considerando os estudos anteriores, a presente pesquisa se justifica por investigar as deficiências de controles internos de uma empresa do setor de energia elétrica, denominada Eletrobras. A escolha da organização se dá pela sua importância na matriz energética do Brasil e por possuir ações negociadas em diferentes mercados de capitais, especificamente, nas bolsas do Brasil (Brasil, Bolsa e Balcão - B3), dos Estados Unidos da América (New York Stock Exchange - NYSE) e na Espanha (Bolsas y Mercados Españoles - BME). Assim, como contribuição teórica, a pesquisa busca apresentar evidências sobre deficiências de controles internos em uma organização que divulga informações financeiras para diversos usuários de diferentes mercados de capitais. Por sua vez, a contribuição prática da pesquisa fornece evidências que podem auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão, no intuito de mitigar riscos operacionais da organização. Por fim, a contribuição social da pesquisa está na divulgação de informações que podem auxiliar investidores, credores, auditores e órgãos reguladores quanto à decisão de investimentos e de relações contratuais.

2. Referencial Teórico

Esta seção apresenta aspectos teóricos sobre controles internos e estudos anteriores relacionados ao tema.

2.1 Controles Internos

Crepaldi e Crepaldi (2016) mencionam que controle interno é o plano organizacional e todos os métodos e medidas adotados pela empresa para proteger seus ativos, verificar a precisão e fidelidade dos dados, desenvolver eficiência em suas operações e estimular o seguimento das políticas administrativas prescritas. Para Floriano e Lozecky (2008), o controle interno é uma ferramenta de gestão que opera por meio de sistemas informatizados e técnicas administrativas para garantir a conformidade dos processos conforme planejado, de forma eficiente, eficaz e econômica.

Segundo COSO (2013), o controle interno é um procedimento liderado pela estrutura de governança, administração e outros membros da equipe da organização, com o objetivo de oferecer um nível adequado de segurança no que diz respeito à consecução dos objetivos relacionados às operações, à divulgação de informações e conformidade regulatória. Para Floriano e Lozecky (2008), o controle interno atua como um suporte para a administração em suas atividades administrativas e operacionais, adaptando-se às características específicas do negócio, à estrutura e tamanho da empresa, à diversidade e complexidade das operações, aos métodos de processamento de dados e aos requisitos legais e regulamentares aplicáveis aos negócios.

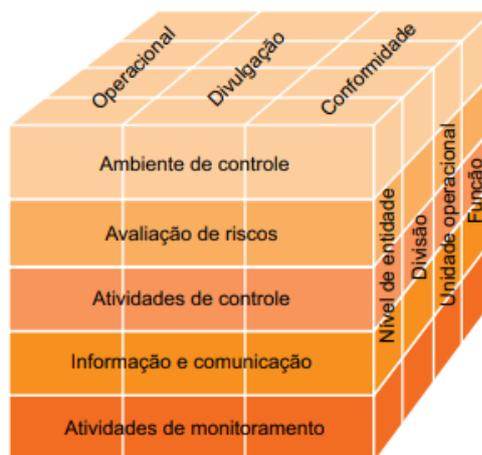
O controle interno pode ser classificado em dois tipos: controles contábeis e controles administrativos. Os controles contábeis têm por objetivo proteger os ativos da empresa e garantir a confiabilidade das informações contábeis, cumprindo cinco objetivos essenciais: integridade, validade, exatidão, manutenção e segurança física (Souza, 1999). Por sua vez, os controles administrativos consistem no plano organizacional, métodos e medidas adotadas para aumentar a eficiência operacional e promover a conformidade com as diretrizes estabelecidas (Crepaldi e Crepaldi, 2016).

A estrutura do sistema de controles internos deve atender aos pressupostos de responsabilidade, rotinas internas, acesso a ativos, segregação de funções, confronto dos ativos com os registros, amarrações do sistema e auditoria interna e outros aspectos correlatos (Crepaldi e Crepaldi, 2016). Os pressupostos de responsabilidade compreendem a definição clara dos responsáveis por cada etapa dos processos de trabalho, garantindo uma distribuição eficiente de tarefas e evitando falhas operacionais (Attie (2018; Crepaldi; Crepaldi, 2016). Rotinas internas, detalhadas e padronizadas asseguram a eficiência e confiabilidade dos processos de trabalho (Attie (2018; Crepaldi; Crepaldi, 2016).

O acesso a ativos é cuidadosamente controlado para proteger contra fraudes e acessos não autorizados, enquanto a segregação de funções minimiza riscos de erros e de fraudes, ao impedir que uma mesma pessoa execute tarefas incompatíveis (Attie, 2018; Crepaldi; Crepaldi, 2016). O confronto entre ativos e registros assegura a precisão das informações contábeis, enquanto as amarrações do sistema facilitam a integração e consistência dos dados entre os sistemas organizacionais (Attie, 2018; Crepaldi; Crepaldi, 2016). A auditoria interna, como órgão de assessoria, contribui para a confiabilidade das informações contábeis e a prevenção de erros e fraudes (Attie, 2018; Crepaldi; Crepaldi, 2016). Além disso, aspectos como competência, comunicação clara e monitoramento regular dos controles internos são essenciais para garantir a eficácia desses processos de trabalho (Attie, 2018; Crepaldi; Crepaldi, 2016).

Além dos pressupostos básicos, tem-se o COSO (2013) que estabelece uma estrutura de sistema de controle interno pautada em cinco componentes de controle interligados com objetivos e estrutura organizacional. Essa interação foi denominada como Cubo COSO, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Coso I – 2ª versão (2013)



Fonte: Coso (2013)

Os objetivos organizacionais compreendem: a) operacionais – diz a respeito à operação eficaz e eficiente da organização. Isso inclui alcançar níveis desejados de produção com recursos mínimos, manter a qualidade dos produtos e serviços, garantir lucratividade para satisfazer as expectativas dos stakeholders e alcançar resultados planejados de forma satisfatória; b) divulgação – visa garantir que as informações financeiras sejam precisas, completas, confiáveis, oportunas e compreensíveis para os usuários da informação. Isso implica em representar fielmente a realidade financeira da empresa, incluir todos os dados relevantes, evitar erros e fraudes; e c) conformidade – busca garantir que a organização esteja em conformidade com as leis, regulamentações e contratos aplicáveis, incluindo o cumprimento legal, contratual, licenciamento e registro, proteção ambiental, e saúde e segurança no trabalho (COSO, 2007).

O componente Ambiente de Controle consiste em normas e procedimentos que formam a base para conduzir os controles internos em uma organização (NBC TA 315, 2021). Ele inclui os parâmetros que permitem à estrutura de governança supervisionar a organização, delegar responsabilidades, promover integridade, valores éticos e cultura de honestidade (COSO, 2013).

O componente Análise de Riscos é a identificação e avaliação dos riscos que podem impedir uma organização de alcançar seus objetivos. As empresas enfrentam riscos e por isso é importante considerá-los em relação às tolerâncias estabelecidas. Ao avaliar os riscos, as empresas estabelecem uma base para gerenciá-los de forma eficaz (COSO, 2013).

O componente Atividades de Controle representa as ações implementadas para garantir que a organização cumpra as diretrizes estabelecidas pela administração para mitigar os riscos relacionados aos seus objetivos. Essas ações devem ser realizadas em todos os níveis da organização para prevenir, identificar e corrigir falhas ou desvios (COSO, 2013).

O componente Informação e Comunicação se refere às informações, sejam elas de origem interna ou externa, pois são essenciais para fortalecer o cumprimento de responsabilidades e o funcionamento dos controles internos de uma organização. A comunicação é o processo pelo qual essas informações são obtidas para apoiar o funcionamento dos controles e facilitar a gestão organizacional (COSO, 2013).

O componente Monitoramento compreende as avaliações contínuas para verificar a eficácia do controle interno e identificar áreas de aprimoramento. Isso inclui o acompanhamento da efetividade dos controles e a conformidade com os princípios associados a cada componente do sistema de controles internos (COSO, 2013).

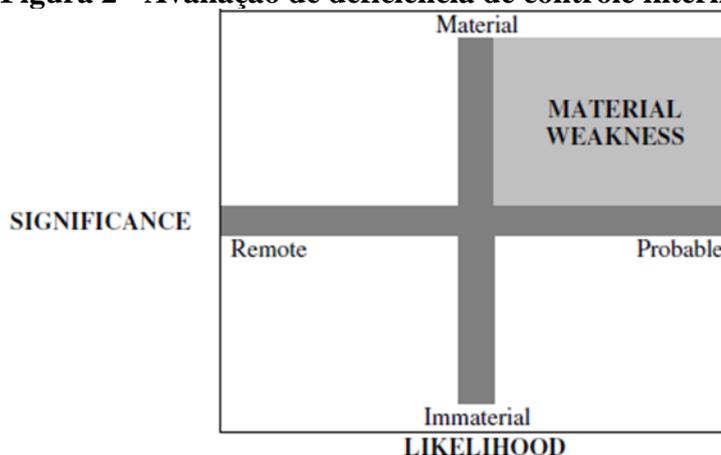
As três dimensões do Cubo COSO buscam a eficácia e integridade dos controles internos, pois promovem a cultura de ética, a responsabilidade organizacional e a transparência de informações. Eles orientam a aspectos estruturantes de conformidade (*compliance*) do ambiente organizacional, de identificação e gestão de problemas, de desenvolvimento de atividades de controle, da troca de informações interna e externa e de avaliação contínua para realização de ações corretivas (COSO, 2013).

A existência estrutura adequada do sistema controles internos não impede que erros ou fraudes possam acontecer nas organizações, uma vez que podem ocorrer deficiências de controle interno nos processos organizacionais ocasionadas por erros e fraudes nas operações. Deficiências de controle representam um risco significativo para as organizações, pois comprometem a confiança dos usuários nas informações divulgadas e na sustentabilidade da organização. De acordo com Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), as deficiências de controles internos podem ser classificadas como deficiência de controle, deficiência significativa e fraqueza material. Na Auditing Standard n. 2 (2007), as deficiências de controles internos podem ser classificadas como deficiência de controle, deficiência significativa e fraqueza material. Na referida norma, a deficiência de controle ocorre quando há uma falha ou inadequação dos controles internos de uma empresa, o que pode resultar em erros ou fraudes nas demonstrações financeiras. Já a deficiência significativa nos controles internos ocorre quando há uma falha ou conjunto de falhas que aumentam consideravelmente o risco de não prevenir ou detectar distorções materiais nas demonstrações financeiras. Agora a fraqueza material é a forma mais grave de deficiência de controle, pois indica uma falha significativa nos controles internos que podem levar a distorções materiais relevantes nas demonstrações financeiras.

Para a PCAOB (2007), a fraqueza material é uma deficiência de significativas ou uma combinação delas, de tal forma que há uma possibilidade de distorção na estrutura de controle interno de elaboração das demonstrações contábeis e que não pode ser evitada em tempo hábil. Devido a essa situação, a acumulação de várias deficiências significativas pode constituir uma fraqueza material no controle interno de elaboração de demonstrações contábeis. No tocante a deficiência de controle refere-se a uma falha na estrutura ou funcionamento dos controles internos que não consegue evitar ou identificar prontamente uma distorção nas demonstrações financeiras. Salienta-se que a Auditing Standard No. 5 (2007) salienta que a deficiência significativa é uma deficiência, ou combinação de deficiências, em controle interno sobre relatórios financeiros, que é menos grave que uma fraqueza material, mas importante o suficiente para merecer atenção por parte dos responsáveis.

A Figura 2 ilustra as classificações das deficiências de controle interno segundo a Auditing Standard n. 5.

Figura 2 - Avaliação de deficiência de controle interno



Fonte: Ramos (2004).

A Figura 2 revela a relação entre os diferentes tipos de deficiências de controle interno, em diferentes graus de criticidade. A Securities Exchange Commission - SEC (2004) menciona que deficiência de controle, deficiência significativa e fraqueza material, referem-se a falhas na estrutura ou na operação do controle interno que podem impactar negativamente a capacidade da empresa de registrar, processar, resumir e relatar dados financeiros de maneira consistente com as afirmações das demonstrações financeiras. A SEC (2004) reforça que: a) a deficiência de controle é uma falha na estrutura ou operação dos controles internos que não consegue prevenir ou detectar distorções nas demonstrações financeiras em tempo hábil; b) a deficiência significativa é menos grave que uma fraqueza material, porém merece atenção dos responsáveis pela supervisão dos relatórios financeiros; c) a fraqueza material representa a falha mais grave no controle interno porque aumenta a probabilidade de uma distorção material nas demonstrações financeiras não seja prevenida ou detectada em tempo hábil.

A partir dos escândalos contábeis envolvendo empresas norte-americanas (Enron e Worldcom) foi promulgada a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) para promover a transparência de informações e proteger os acionistas de empresas de capital aberto. No contexto de controles internos, a SOX passou a exigir que as empresas descrevessem detalhadamente todos os seus controles internos para proporcionar maior visibilidade sobre as operações e para facilitar a atribuição de responsabilidades em caso de erros e fraudes (Crepaldi; Crepaldi, 2016).

Na estrutura da SOX, as seções 302 e 404 ressaltam sobre a efetividade, a avaliação de funcionalidade e o exame por auditores independente da estrutura do sistema de controles internos implementados para mitigar riscos no processo de relatórios financeiros e apoiar a administração (Santos; Lima; Santos, 2009; Marcondes; Proença, 2006). Ademais, tais seções estabelecem sobre a divulgação de informações de efetividade dos controles internos que devem chegar ao conhecimento público, principalmente as deficiências significativas e as fraquezas materiais de controle interno (Church; Schneider, 2016).

No contexto brasileiro, considerando a similaridade internacional de necessidade de divulgação de informações sobre deficiências de controle interno, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Resolução n. 80, de 29 de março de 2022, Formulário de Referência (FRE), que aborda o registro e a prestação de informações periódicas e eventuais dos emissores de valores mobiliários negociados em mercados regulamentados. A referida norma estabelece obrigações relacionadas aos controles internos, com destaque para o Item 5 - Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, Subitem 5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, a saber:

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las
- b. as estruturas organizacionais envolvidas
- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento
- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente
- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas (CVM, Resolução n. 80, 2022).

Dado o exposto, nota-se que as diferentes classificações de deficiências de controle interno, conforme estabelecido pelo COSO e pelos normativos legais, revelam a complexidade

e a relevância do sistema de controle interno para a gestão dos negócios e a elaboração das demonstrações financeiras. A obrigatoriedade de divulgação de deficiências de controle interno, tanto no âmbito internacional, com a Lei Sarbanes-Oxley, quanto no contexto brasileiro, com a Resolução n. 80 da CVM, ressalta a importância da transparência das informações e da responsabilidade na prestação de informações contábeis para os usuários. Os normativos legais refletem a necessidade dos usuários da informação contábil no que concerne ao acesso a dados confiáveis para o processo de tomada de decisão.

2.2 Estudos Anteriores

Na literatura destacam-se os seguintes autores com trabalhos relacionados à evidenciação de deficiências de controles internos: Ge e McVay (2005), Teixeira e Cunha (2016), Pereira e Pinheiro (2017), e Zittei et al. (2021).

Os autores Ge e McVay (2005) analisaram as divulgações de fraquezas materiais nos formulários 20-F após a implementação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX). A amostra da pesquisa contemplou 261 empresas registradas na SEC. Os resultados mostraram que as empresas divulgaram, pelo menos uma vez, fraqueza material em seus controles internos. Além disso, revelaram que os controles internos fracos estão relacionados a recursos insuficientes para controles contábeis. As deficiências de controle interno estão associadas ao reconhecimento de receitas, à falta de segregação de funções, às políticas contábeis e à reconciliação inadequada de contas contábeis. As fraquezas materiais específicas mais comuns ocorrem nas contas correntes do exercício, como contas a receber e contas de estoque. Os autores observaram que a divulgação de uma fraqueza material está associada à complexidade do negócio, ao tamanho da empresa e à sua rentabilidade.

Teixeira e Cunha (2016) avaliaram as deficiências nos controles internos das corporações brasileiras entre 2011 a 2013. A amostra de pesquisa contou com 1.403 empresas registradas na BM & FBovespa. Os resultados da pesquisa indicaram que aproximadamente 24,8% das empresas estudadas apresentaram deficiências nos controles internos. Entre as categorias de deficiências de controle interno identificadas, as questões relacionadas à tecnologia foram as mais frequentes, seguidas por problemas nas demonstrações contábeis, questões gerais, litígios, contas específicas, subsidiárias e questões ligadas à alta gestão. A contribuição empírica do trabalho concentrou-se na identificação das deficiências nos controles internos de empresas brasileiras de capital aberto ao longo do tempo, permitindo uma análise dinâmica. Isso gerou a possibilidade de existir a avaliação dos riscos de assimetria de informação e custos de agência, o que pode auxiliar a aprimorar a eficácia dos controles internos das empresas no contexto nacional.

Pereira e Pinheiro (2017) identificaram as causas subjacentes à ocorrência de fraquezas materiais nos controles internos de empresas estrangeiras que emitem ADRs e que estão listadas na New York Stock Exchange (NYSE). A amostra de pesquisa considerou 305 empresas emissoras de ADRs que divulgaram o Formulário 20-F no período de 2006 a 2015. Os resultados da pesquisa evidenciaram que 79 empresas tiveram fraquezas materiais nos controles internos, totalizando 364 deficiências reportadas. Além disso, os autores verificaram que o tamanho da empresa e da firma de auditoria exercem uma influência negativa na ocorrência de fraquezas materiais, enquanto a complexidade dos relatórios financeiros, a saúde financeira sólida, a longevidade da empresa e o contexto cultural de alto grau de distância hierárquica estão correlacionados positivamente com a presença dessas deficiências nos controles internos.

Zittei et al. (2021) analisaram a relação entre as deficiências dos controles internos, a governança corporativa e a qualidade da informação contábil. A amostra de pesquisa é composta por 208 empresas não financeiras (totalizando 580 observações) listadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3), durante o período de 2015 a 2017. Os resultados mostraram que 38,96%

das empresas analisadas apresentaram deficiências em seus controles internos, uma proporção considerada alta pelos autores, especialmente quando comparada a estudos internacionais. Além disso, os resultados demonstraram que a divulgação das deficiências contribui para a melhoria da qualidade da informação contábil. Isso ocorre porque, em geral, quando uma deficiência é divulgada, a empresa inicia esforços para remediar essas deficiências, o que impacta positivamente na qualidade das informações contábeis fornecidas.

3. Métodos da Pesquisa

Para verificar as deficiências de controles internos evidenciadas em uma empresa do setor de energia elétrica com ações negociadas na B3, no período de 2015 a 2022, realiza-se uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem quali-quantitativa, do tipo estudo de caso por meio de pesquisa documental com técnica de análise de conteúdo.

A natureza da pesquisa é descritiva, pois descreve as características das deficiências de controle interno de uma empresa do setor elétrico brasileiro. Segundo Richardson (1999), a pesquisa descritiva tem a finalidade de descrever situações, fatos, opiniões, comportamentos de um contexto pesquisado.

A abordagem do problema de pesquisa é qualitativa e quantitativa, uma vez que busca compreender e quantificar aspectos das deficiências de controle interno identificadas na empresa investigada. De acordo Gil (2002), a ênfase da pesquisa qualitativa está na compreensão e na interpretação dos fenômenos estudados, buscando explorar as perspectivas, significados subjetivos e contextos sociais sem trazer aspectos numéricos. Por outro lado, a pesquisa quantitativa é mais estruturada na quantificação de dados de forma objetiva e trabalha com técnicas estatísticas para identificar padrões em respostas (Gil, 2002).

O método de pesquisa é o estudo de caso na empresa Eletrobras que atua no setor elétrico brasileiro. A escolha da empresa se justifica pela adoção das normas contábeis nacionais e internacionais e por estar listada nas bolsas Brasil, Bolsa e Balcão (B3), New York Stock Exchange (NYSE) e na Bolsas y Mercados Españoles (BME). De acordo com Yin (2001), um estudo de caso é uma estratégia de pesquisa empírica que visa aprofundar a compreensão de determinado fenômeno de forma detalhada e contextualizada.

A pesquisa é do tipo documental por utilizar os Formulários de Referência (FRE) disponíveis no site Brasil, Bolsa e Balcão (B3) no período de 2015 a 2022, especificamente o Item 5.3 -Política de gerenciamento de riscos e controles internos. Marconi e Lakatos (2006) destacam que pesquisa documental se utiliza de documentos escritos ou não para a obtenção de informações diretamente relacionadas ao fenômeno estudado.

A técnica empregada para análise dos dados é a análise de conteúdo das informações disponíveis nos Formulários de Referência (FRE). Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que visa identificar, categorizar e interpretar padrões de significado dentro de um conjunto de dados textuais. Essa abordagem envolve a sistematização e a codificação do conteúdo de documentos, transcrições de entrevistas, textos escritos ou qualquer outra forma de comunicação, com o objetivo de extrair informações relevantes e identificar temas, conceitos ou padrões encontrados.

A empresa objeto de estudo, Eletrobras, é uma das maiores companhias do Brasil. Atua no setor elétrico brasileiro. Desempenha um papel nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia em todo o país. Tem “ações” negociadas em mercado nacional e internacional, como a B3, a NYSE e a BME. A empresa por atuar no contexto global utiliza práticas de governança corporativa que permitam a evidenciação de práticas operacionais e da situação econômico-financeira para investidores, credores, acionistas entre outros interessados, seguindo as determinações Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Securities Exchange Commission (SEC).

Os procedimentos de coleta iniciaram a partir dos *downloads* dos Formulários de Referência (FRE) dos anos de 2015 a 2022 no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em seguida, por meio de leitura, foi possível identificar menções sobre deficiências de controles internos nos formulários. As deficiências encontradas foram classificadas em duas categorias de análise conforme indicação prévia nos relatórios: a) deficiências significativas (PCAOB, 2007; SEC, 2004) e b) fraquezas materiais (PCAOB, 2007; SEC, 2004)

A partir do estudo de Ge e McVay (2005), as deficiências significativas e fraquezas materiais de controle interno foram classificadas em 8 subcategorias de análise, a saber: subcategoria 1 - Contas Específicas, subcategoria 2 - Demonstrações Contábeis, subcategoria 3 - Subsidiárias, subcategoria 4 - Tributos, subcategoria 5 - Alta Administração, subcategoria 6 - Litígio e subcategoria 7 - Estrutura de Controle e subcategoria 8 - Tecnologia. Cabe salientar que a subcategoria 8 - Tecnologia foi adicionada ao estudo devido à relevância de evidenciação desse tema nos Formulários de Referência (FRE).

De acordo com Bardin (1977), o emprego da técnica de análise de conteúdo na pesquisa compreende três polos: (i) pré-análise - leitura inicial do material a ser explorado (Formulário de Referência - FRE); (ii) exploração do material - leitura para categorização das deficiências de controle interno (Deficiências Significativas e Fraquezas Materiais e respectivas subcategorias); (iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação - identificação e evidenciação e análise das deficiências e fraquezas encontradas. Assim, a análise de conteúdo possibilita o exame do material textual para compreender as mensagens expressas nos documentos, oferecendo informações para a compreensão do fenômeno investigado.

4. Resultados da Pesquisa

A Tabela 1 apresenta a evolução das deficiências de controle e fraquezas materiais na empresa investigada.

Tabela 1 - Evolução das deficiências de controles e fraquezas materiais

Categorias	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Deficiência Significativa	4	12	3	6	7	15	13	8	68
Fraqueza Material	-	4	1	3	9	-	-	-	17
Total Geral	4	16	4	9	16	15	13	8	85

Fonte: Elaboração própria (2024)

No ano de 2015 foram identificadas apenas 4 (quatro) deficiências significativas. Em 2016 houve um aumento para 12 (doze) deficiências significativas e 4 (quatro) fraquezas materiais. Em 2017 houve uma queda nas deficiências, com apenas 3 (três) registradas, enquanto as fraquezas permaneceram em 1 (uma). No entanto, em 2018, tanto as deficiências quanto as fraquezas aumentaram, totalizando 6 (seis) deficiências e 3 (três) fraquezas. No ano de 2019, houve um aumento nas deficiências, com 7 (sete) registradas, enquanto foram identificadas 9 (nove) fraquezas. Em 2020, a quantidade de deficiências aumentou para 15 (quinze), com redução para 13 (treze) em 2021 e para 8 (oito) em 2022. Assim, as deficiências de controle interno totalizaram 68 (80%) deficiências de controle e 17 (20,00%) de fraqueza material. Salienta-se que no tocante à recorrência, a folha de pagamento e ambiente de controle são mais recorrentes como deficiências de controle e relatórios financeiros como fraqueza material.

As deficiências de controle abrangem lacunas nos processos organizacionais destinados a garantir a integridade das operações de uma organização. Na Eletrobras, as deficiências de controle se referem a problemas de conciliação de contas, erros de cálculo nas demonstrações financeiras, falhas na tecnologia utilizada nos processos contábeis, deficiências na estrutura de

controle interno e inconsistências nos registros contábeis. Essas deficiências destacam a importância de melhorias nos processos de governança e conformidade da empresa.

As deficiências de controle mais recorrentes foram na folha de pagamento e no ambiente de controle. Os auditores independentes identificaram riscos recorrentes na folha de pagamento da Companhia no que concerne à apuração incorreta, ao impacto nos controles da empresa e às falhas na elaboração e manutenção dos controles. As recomendações de auditoria requerem a implementação de controles, a revisão da matriz de riscos, a formalização de evidências e reforço na segregação de funções. A resposta da administração incluiu a revisão e atualização dos processos e controles para garantir a integridade dos dados e mitigar os riscos, com datas previstas para resolução de questões específicas.

A deficiência ambiente de controle revela que a Eletrobras enfrentou várias deficiências ao longo dos anos. As deficiências no ambiente de controle comprometeram a eficácia da remediação de falhas, bem como a falta de monitoramento efetivo levou a falhas na integridade de planilhas e relatórios. Tudo isso aumentou os riscos de erros nas demonstrações contábeis ao ponto de impactar a qualidade das informações estratégicas. Em resposta, a administração implementou um cronograma de ação para fortalecer os controles internos, revisar relatórios-chave e reforçar a evidenciação documental, visando aprimorar a gestão de riscos.

As fraquezas materiais são deficiências significativas nos processos de controle interno de uma organização, que têm potencial para impactar negativamente as operações e os resultados financeiros. No caso da Eletrobras, as principais fraquezas materiais no controle interno foram identificadas na elaboração das demonstrações contábeis, estrutura de controle e tecnologia. Essas deficiências tiveram um impacto substancial nas demonstrações financeiras da empresa, resultando em inconsistências nos registros contábeis e comprometendo a integridade e precisão das informações financeiras relatadas.

As fraquezas materiais frequentes que afetaram as demonstrações financeiras da Eletrobras foram inconsistências na conciliação de contas, erros de cálculo e divergências entre sistemas. Isso gerou prejuízos potenciais, danos à reputação e riscos de sanções regulatórias. Os auditores recomendaram a implantação de melhorias nos controles internos, maior envolvimento de pessoal qualificado e determinação de cronograma rigoroso de fechamento contábil. Em resposta, a administração implementou um ERP unificado, melhorou os controles internos e reestruturou a gestão de demandas judiciais. Tudo isso no intuito de garantir a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Esses resultados revelam a importância de monitorar e adaptar continuamente os controles internos e processos da empresa, uma vez que questões que foram inicialmente identificadas como deficiências podem evoluir para fraquezas e vice-versa. Isso destaca a necessidade de uma abordagem dinâmica e proativa na gestão de riscos e na melhoria dos controles internos ao longo do tempo.

A Tabela 2 apresenta os tipos de evidências de deficiências de controle e fraquezas materiais na empresa investigada.

Tabela 2 - Tipos de deficiências de controle e fraquezas materiais

Tipos	Deficiências de Controle		Fraquezas Materiais		Total	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Contas Específicas	30	44,12%	2	11,76%	32	37,65%
Demonstrações Contábeis	6	8,82%	5	29,41%	11	12,94%
Subsidiárias	2	2,94%	1	5,88%	3	3,53%
Alta Administração	4	5,88%	1	5,88%	5	5,88%
Litígio	5	7,35%	0	0,00%	5	5,88%
Estrutura de Controle	8	11,76%	4	23,53%	12	14,12%
Tecnologia	11	16,18%	3	17,65%	14	16,47%
Tributos	2	2,94%	1	5,88%	3	3,53%

Total	68	100,00%	17	100,00%	85	100,00%
--------------	-----------	----------------	-----------	----------------	-----------	----------------

Legenda: FA - Frequência Absoluta, FR - Frequência Relativa.

Fonte: Elaboração própria (2024)

Quanto às deficiências de controle, destacam-se: Contas Específicas (44,12%), seguido por Tecnologia (16,18%), Estrutura de Controle (11,76%) e Demonstrações Contábeis (8,82%). A deficiência Contas Específicas (44,12%) representa falhas no registro de transações em contas contábeis. Citam-se como exemplos falhas no monitoramento dos controles para acompanhamento dos *covenants*, compras, previdência complementar e PLR, compras por dispensa de licitação, cadastro de fornecedores, derivativos, empréstimos; empréstimos e financiamentos; encerramento do período contábil - *impairment*; folha de pagamento; GAG melhorias; *impairment*; investimentos; *leasing*; parametrização sistêmica - cálculo de depreciação; patrimônio líquido; previdência complementar e PLR; receitas e contas a receber; tesouraria; tesouraria - caixa e investimentos; tesouraria - disponibilidades; venda de energia. No período investigado, destaca-se a deficiência Folha de Pagamento:

Contas Específicas - Comentário - "Ocorreu falha na elaboração e manutenção de controles relacionados à apuração incorreta ou incompleta da folha de pagamentos da Companhia. Os impostos e benefícios não são calculados com precisão, autorizados e contabilizados de acordo com as leis, regulamentos específicos e normas contábeis aplicáveis. Não identificação de itens indevidos e/ou que não foram devidamente aprovados e revisados. Adicionalmente, a ausência mencionada pode originar problemas de compliance com as obrigações acessórias da legislação trabalhista" (Eletrobras, FRE, 2022)

A deficiência Tecnologia (16,18%) é caracterizada como problemas na funcionalidade de tecnologia da informação. Na Eletrobrás, a deficiência de Tecnologia da Informação refere-se a falhas ou limitações nas funcionalidades e sistemas tecnológicos que podem afetar a eficiência e segurança no processamento e armazenamento de dados e outros procedimentos associados. Citam-se como exemplos: controles gerais de TI; ITGCs - desenvolvimento de programas; ITGCs - operação de sistemas; restrição de acessos e segregação de funções; segurança cibernética; tecnologia de informação. No período investigado, destaca-se a deficiência Restrição de Acessos/Segregação de Funções:

Tecnologia - Comentário - Eletronuclear: Falhas identificadas nos controles de revisão de acesso e segregação de função do sistema SAP, uma vez que foram constatados usuários com acessos a funções conflitantes; Ausência de controles de revisão de acesso e segregação de função do sistema PROJURID. Eletrosul: Não identificamos a existência de matriz contendo a formalização de segregação de função; Ausência de revisão periódica dos perfis de acesso ao Sistema Lotus Note (Eletrobras, FRE, 2017).

A deficiência de Estrutura de Controle (11,76%) compreende falhas nos processos e procedimentos organizacionais destinados a garantir a eficácia dos controles internos e a gestão adequada dos riscos operacionais e financeiros. Na Eletrobrás, a deficiência de Estrutura de Controle é classificada como falha no desenho de controle interno ou na funcionalidade do controle. Citam-se como exemplos: ambiente de controle; controles de nível de entidade; gerenciamento de riscos; *management review controls*. No período investigado, destaca-se a deficiência Ambiente de Controle:

Controle Interno - Comentário - A Companhia não manteve ambiente de controle interno efetivo, especificamente quanto à tempestividade da remediação das deficiências de controles internos, incluindo a adequada execução dos Controles de Revisão Gerencial (Management Review Controls - MRCs). O Alert 11 do PCAOB

trouxe um novo conceito na avaliação dos controles relacionados às revisões gerenciais, os MRCs, estabelecendo novos critérios e requisitos específicos nas análises e nas revisões dos gestores relacionados aos controles nos quais estes são responsáveis. Entre os principais aspectos de melhoria identificados pelos auditores, destacam-se a necessidade de obter evidências sobre o controle de análise da gestão e como ele opera para prevenir ou detectar erros, sendo necessárias a análise e as evidências dos critérios estabelecidos para aprovação, o nível de tolerância permitido e quais procedimentos foram realizados para avaliar a integridade e a precisão da base de informação utilizada. Os auditores não identificaram evidências de critérios e premissas que demonstrem análise de integridade da base, tolerância de erro e precisão das informações utilizadas para uma série de controles analisados (Eletrobras, FRE, 2016).

A deficiência Demonstrações Contábeis (8,82%) trata-se de falhas nos registros e divulgações financeiras que podem comprometer a precisão e integridade das informações apresentadas. Na Eletrobrás, essa falha é caracterizada como problemas na elaboração das demonstrações contábeis. Citam-se como exemplos: encerramento do período contábil, lançamentos manuais, fechamento contábil e elaboração de relatórios financeiros. No período investigado, destaca-se a deficiência em Lançamentos Manuais:

Demonstrações Contábeis - Ocorreu falha na elaboração e manutenção de controles relacionados à revisão e aprovação de transações, no ERP, que poderiam levar a lançamentos manuais não autorizados. Independente, foram verificadas distorções no resultado do controle, devido à utilização de informações incorretas ou incompletas em sua execução ou não identificação de itens indevidos e/ou que não foram devidamente aprovados e revisados, assim como lançamentos manuais não identificados, registrados e contabilizados de maneira incorreta, incompleta ou não aprovada (Eletrobras, FRE, 2022).

Em síntese, as deficiências de controle, podem prejudicar a capacidade da empresa de gerenciar riscos de forma eficaz, impactando sua reputação, desempenho financeiro e relacionamento com investidores e outras partes interessadas. Nota-se a necessidade da empresa em implementar medidas corretivas e ações de melhoria contínua para minimizar as deficiências e para fortalecer o sistema de controle interno.

No que tange às Fraquezas Materiais sobressaem-se: Demonstrações Contábeis (29,41%), Estrutura de Controle (23,53%) e Tecnologia (17,65%). A fraqueza material Demonstrações Contábeis (29,41%) é caracterizada pela presença de falhas na elaboração e apresentação dos relatórios financeiros, principalmente, o encerramento do período contábil, a existência de lançamentos manuais e elaboração inadequada dos demonstrativos financeiros. No período investigado, destaca-se a fraqueza Elaboração de Relatórios Financeiros:

Demonstrações Contábeis - Comentário - Como em anos anteriores, a Companhia não manteve controles adequados quanto à elaboração das demonstrações financeiras e suas divulgações. As deficiências identificadas estão relacionadas a (i) envolvimento insuficiente de pessoas qualificadas no processo de fechamento contábil; e (ii) controles não efetivos no nível de processo referente a fechamento contábil, incluindo as divulgações contábeis, onde os controles de revisão gerenciais (lançamentos manuais, partes relacionadas, contingências, ativo fixo, impairment e impostos), provisões (depósitos judiciais e empréstimo compulsório) e contas relacionadas não foram desenhados ou não operaram no nível de precisão suficiente para identificar erros materiais (Eletrobras, FRE, 2018).

A fraqueza material Estrutura de Controle (23,53%) refere-se a falhas nos processos organizacionais. Citam-se como exemplos: ambiente de controle, controles de nível de

entidade, insuficiência de envolvimento temporário de pessoal treinado. No período investigado, destaca-se a fraqueza Ambiente de Controle:

Estrutura de Controle - Comentário - A Companhia não manteve um ambiente de controle efetivo, especificamente quanto à tempestividade da remediação das deficiências de controle interno relacionadas aos exercícios anteriores (Eletrobras, FRE, 2017).

A fraqueza material Tecnologia (17,65%) é caracterizada como a funcionalidade de tecnologia da informação. Citam-se como exemplos: controles gerais de tecnologia da informação (CGTI) ineficazes; ITGCs - alterações em programas; ITGCs - restrição de acessos e segregação de funções. No período investigado, destaca-se a fraqueza Controles Gerais de Tecnologia da Informação (CGTI):

Controles Gerais de Tecnologia da Informação ("CGTI") ineficazes - Comentário - Uma das causas fundamentais das deficiências reportadas ao longo desse relatório, bem como daquelas apresentadas em carta de recomendações específica sobre o processo de fechamento das DFs arquivadas na CVM em 27/3/2019, datada de 29/4/2019 são, em nossa percepção, indicadores fortes da insuficiência de envolvimento tempestivo de pessoal treinado, inclusive no nível das controladas do Grupo (Eletrobras, FRE, 2019).

Em síntese, as fraquezas materiais identificadas na Eletrobras mostram a importância do fortalecimento dos controles internos para mitigar riscos e evitar potenciais danos financeiros e reputacionais relacionados as demonstrações contábeis. As fraquezas materiais revelam áreas críticas que precisam de atenção por parte da alta administração, bem como a necessidade de promoção de cultura organizacional ética e de *compliance*. As fraquezas materiais comprometem a precisão e a confiabilidade das informações contábeis da Eletrobras.

A Tabela 3 apresenta o impacto das deficiências de controle interno e fraquezas materiais da empresa investigada.

Tabela 3 - Deficiências de controle e fraquezas materiais

Impactos	Deficiências de controle		Fraquezas materiais		Total	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Ambiente de Controle	2	2,94%	-	-	2	2,35%
Ataques de sequestro de dados	1	1,47%	-	-	1	1,18%
Cadastrados de fornecedores Incorretos	2	2,94%	-	-	2	2,35%
Cálculo do lucro por ação	1	1,47%	-	-	1	1,18%
Capacidade de identificar erros/fraudes	1	1,47%	-	-	1	1,18%
Compras realizadas indevidamente	3	4,41%	-	-	3	3,53%
Controles da Companhia	3	4,41%	-	-	3	3,53%
Demonstrações financeiras	30	44,12%	11	64,71%	41	48,24%
Distorções na receita	1	1,47%	-	-	1	1,18%
Distorções no ERP SAP	1	1,47%	-	-	1	1,18%
Inconsistências nos registros contábeis	12	17,65%	4	23,53%	16	18,82%
Lançamentos indevidos	5	7,35%	1	5,88%	6	7,06%
Transações ilegais e/ou antiéticas	3	4,41%	1	5,88%	4	4,71%
Políticas e Procedimentos	1	1,47%	-	-	1	1,18%
Pagamento JCP	2	2,94%	-	-	2	2,35%
Total	68	100%	17	100,00%	85	100%

Legenda: FA - Frequência Absoluta, FR - Frequência Relativa

Fonte: Elaboração própria (2024)

A Tabela 3 mostra que as deficiências de controle (44,12%) e as fraquezas materiais (64,71%) impactam significativamente as Demonstrações Financeiras no que concerne à elaboração das demonstrações financeiras, à inconsistência de registros contábeis e à existência de lançamentos indevidos. Isto indica que essas ocorrências afetam diretamente a precisão e integridade das informações financeiras divulgadas pela empresa. Nota-se também um impacto das deficiências de controle (17,65%) e das fraquezas materiais (23,53%) nas inconsistências nos registros contábeis

Os impactos das deficiências de controle e das fraquezas materiais indicam a existência de problemas recorrentes na precisão e na integridade dos registros contábeis da empresa, o que pode levar a distorções nos resultados financeiros e a falhas na tomada de decisões decorrentes das informações contábeis. Os resultados destacam a importância de melhorias nos sistemas de controles internos para assegurar confiabilidade dos processos de trabalho e das demonstrações financeiras da empresa.

5. Conclusão e Recomendações

A auditoria contábil é importante instrumento para garantir a confiabilidade das informações financeiras das organizações. Os controles internos fornecem as evidências para o trabalho de auditoria contábil e, por isso, são elementos fundamentais para a compreensão dos riscos do ambiente organizacional. Assim, o objetivo geral da pesquisa é verificar as deficiências de controles internos evidenciadas em uma empresa do setor de energia elétrica com ações negociadas na B3, no período de 2015 a 2022.

Na Eletrobras, as deficiências de controle se referem a problemas de conciliação de contas, erros de cálculo nas demonstrações financeiras, falhas na tecnologia utilizada nos processos contábeis, deficiências na estrutura de controle interno e inconsistências nos registros contábeis. Por sua vez, as principais fraquezas materiais no controle interno foram identificadas na elaboração das demonstrações contábeis, estrutura de controle e tecnologia. Os resultados da pesquisa revelaram uma série de deficiências em áreas críticas, como contas específicas, demonstrações contábeis, subsidiárias, alta administração, estrutura de controle interno, tecnologia e tributos.

Diante dos resultados, conclui-se que as deficiências de controle e fraquezas materiais comprometem a eficácia dos controles internos da empresa e colocam em risco a integridade das informações financeiras. Como principais causas falhas nos controles estão relacionadas à falta de supervisão adequada, às falhas nos processos de fechamento contábil, às deficiências na gestão de subsidiárias, à ausência de controles de compliance e lei anticorrupção, além de problemas relacionados à tecnologia da informação.

Como propostas de medidas para sanar as deficiências de controle e as fraquezas materiais nos controles internos foram identificadas: a) revisão e reforço dos procedimentos de controle interno, b) investimento em tecnologia da informação, c) promoção uma cultura de TI, d) capacitação contínua dos funcionários, e) fortalecimento das políticas de compliance e governança corporativa, f) implementação de um sistema de gestão de riscos, g) revisão periódica dos controles internos por auditores independentes e h) estabelecimento de um canal de denúncias eficaz.

Destaca-se também, a necessidade de fortalecimento do ambiente de controle interno por meio de políticas atualizadas, de monitoramento e revisão de processos contábeis, de automação e de sistemas de segurança cibernética. Essas medidas visam garantir a precisão, integridade e conformidade das informações financeiras da empresa, bem como de assegurar a a conformidade, a segurança e a eficácia dos processos internos.

Os resultados da pesquisa podem contribuir com os usuários das informações financeira, principalmente no que concerne à compreensão do ambiente de controle interno e a qualidade



da informação contábil para o processo de tomada de decisão. Os resultados mostram as principais áreas de risco, fragilidades de processos e ações de melhorias a serem implantadas para mitigar riscos financeiros e operacionais.

Como sugestão para futuras pesquisas, indicam-se: a) continuidade da pesquisa no intuito de verificar a percepção de gestores da organização quanto às deficiências de controle e políticas de mitigação de risco; b) realizar estudos comparativos com outras empresas do setor de energia elétrica para cotejamento de resultados; b) desenvolver estudos quantitativos para identificar fatores contextuais das organizações que influenciam a existência de deficiências de controle interno.

Referências

ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARAÚJO, F. S. **Tipos de fraquezas materiais nos controles internos contábeis evidenciados nos relatórios anuais 20-f emitidos pelas empresas brasileiras listadas na bolsa de valores de Nova Iorque**. 2018. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2018.

ATTIE, W. **Auditoria interna**: conceitos e aplicações. 7ª Ed. São Paulo: Gen Atlas, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORGERTH, V. M. C. **SOX**: entendendo a Lei Sarbanes Oxley. Editora Cengage, 2007.

CAMPOS, I. A. T.; FERREIRA, C. de O. Relação entre a obrigatoriedade da adoção da sarbanes-oxley e a divulgação das deficiências dos controles internos no reporte da auditoria independente. **JAMES - Journal of Accounting Management Economics and Sustainability**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2023.

CHURCH, B. K.; SCHNEIDER, A. The impacts of section 302 and 404(b) internal control disclosures on prospective investor's judgements and decisions: An experimental study. **International Journal of Auditing**, v. 20, n. 2, 2016, p. 175-185.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Resolução CVM nº 135 – O funcionamento dos mercados regulamentados de valores mobiliários; a constituição, organização, funcionamento e extinção das entidades administradoras de mercado organizado; a prestação dos serviços referidos no § 4º do art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e no art. 28 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013 de 10 de junho de 2022**. Disponível em:

<<https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/100/resol135.pdf>>
> Acesso em abril de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 315 (R2) - Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante**. 2021. Brasília, DF. Disponível em:
<[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA315\(R2\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA315(R2).pdf)> Acesso em abril de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 200 (R1) - Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em:
<[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200(R1).pdf)> Acesso em abril de 2024.



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 265 - Comunicação de deficiências de controle interno**. Brasília: CFC, 2009. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1210.pdf> Acesso em abril de 2024

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION – COSO. **Gerenciamento de riscos corporativos integrado com estratégia e performance**. Jersey City, 2017.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION – COSO. **Gerenciamento de riscos corporativos - estrutura integrada**. Jersey City, 2007.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION – COSO. **Internal Control-Integrated Framework**. New York, 2013

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 10ª Ed. São Paulo: Gen Atlas, 2016.

FLORIANO, J.C.; LAZECKYI, J. **A importância dos instrumentos de controle interno para gestão empresarial**. 5. Ed. UNICENTRO. 2008.

GE, W.; MCVAY, S. The disclosure of material weaknesses in internal control after the Sarbanes-Oxley Act. **Accounting Horizons**, v. 19, n. 3, p. 137-158, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONDES, M. L. S.; PROENÇA, F. Sarbanes Oxley: seção 404 e a importância dos controles internos para o sucesso empresarial. In: Encontro Latino Americano de Pós Graduação em Ciências Contábeis, v. 6, 2006, São José dos Campos. **Anais [...]**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD - PCAOB. **Auditing Standard No. 5: An audit of internal control over financial reporting that is integrated with an audit of financial statements**. Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), 2007. Disponível em: <<https://pcaobus.org/oversight/standards/auditing-standards>> Acesso em abril de 2024.

PERAZZOLLI, J. V. P.; et al. Divulgação de fraquezas materiais nos controles internos de companhias emissoras de ADRs listadas na NYSE. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, [s. l.], v. 8, ed. 38, 2021.

PEREIRA, J. V.; PINHEIRO, L. E. T. Determinantes de fraquezas materiais nos controles internos de companhias emissoras de ADRs listadas na NYSE. In: Congresso Anpcont, 11., 2017, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

RAMOS, M. Just how effective is your internal control? **The Journal of Corporate Accounting & Finance**, v. 15, p. 20-33, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.



SÁ, A. L. **Curso de auditoria**. 10ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

SANTOS, F. **Auditoria contábil**. Joinville: Clube de Autores, 2011.

SANTOS, N. M. B.; LIMA, R. M.; SANTOS, R. F. Lei Sarbanes-Oxley: estudo sobre a divulgação de deficiências na avaliação dos controles internos. In: Congresso Brasileiro de Custos - ABC, 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Associação Brasileira de Custos, 2009.

SECURITIES EXCHANGE COMMISSION (SEC). **Form 20-F. 2018b**. Disponível em: <[sec.gov/files/form20-f.pdf](https://www.sec.gov/files/form20-f.pdf)> Acesso em agosto de 2023.

SECURITIES EXCHANGE COMMISSION (SEC). **Management's report on internal control over financial reporting and certification of disclosure in exchange act periodic reports**, 2004. Disponível em: <<https://www.federalregister.gov/documents/2003/06/18/03-14640/managements-report-on-internal-control-over-financial-reporting-and-certification-of-disclosure-in#footnote-25-p36637>> Acesso em abril de 2024.

SOUZA, F. **Controle interno**. 1999. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/67422>> Acesso em abril de 2024.

TEIXEIRA, S. A; CUNHA, P. R. Índice de deficiências do controle interno: análise de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. In: Congresso ANPCONT, 10, 2016, Ribeirão Preto. **Anais** [...]. Ribeirão Preto: ANPCONT, 2016. p .2-8.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1994.

ZITTEI, M. V. M.; NASCIMENTO, E. G.; SOUZA, R. P.; SILVA, A. V. Análise da relação entre as deficiências dos controles internos, a governança corporativa e a qualidade da informação contábil. **Revista Luceu Online**, v. 2, p. 156-178, 2021.

14º Congresso UFSC de Controladoria & Finanças

7th UFSC International Accounting Conference

14º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade

de 26 a 28 de junho de 2024

Florianópolis - SC - Brasil



CERTIFICADO

Certificamos que **Hiasmyn da Silva Couto** participou do **14o. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & 7o. UFSC International Accounting Conference & 14o. Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade**, realizado na cidade de Florianópolis - SC, Brasil, de 26/06/2024 a 28/06/2024, como **Autor(a) de Trabalho(s)**, com carga horária de 2hs.

Trabalho(s) submetido(s):

- Deficiências de controle interno em uma empresa do setor de energia elétrica

Autor(es): *Hiasmyn da Silva Couto, Viviane Theiss, Cleyton de Oliveira Ritta*

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Moacir'.

Prof. Moacir Manoel Rodrigues Junior, Dr.

Presidente da Comissão Organizadora



14º Congresso UFSC de Controladoria & Finanças

7th UFSC International Accounting Conference

14º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade

de 26 a 28 de junho de 2024

Florianópolis - SC - Brasil



CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho intitulado **DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO EM UMA EMPRESA DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA** de autoria de **Hiasmyn da Silva Couto, Viviane Theiss, Cleyton de Oliveira Ritta**, foi apresentado por **Hiasmyn da Silva Couto, Viviane Theiss, Cleyton de Oliveira Ritta** no **14o. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & 7o. UFSC International Accounting Conference & 14o. Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade**, realizado na cidade de Florianópolis - SC, Brasil, de 26/06/2024 a 28/06/2024, contabilizando carga horária de 2hs.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Moacir'.

Prof. Moacir Manoel Rodrigues Junior, Dr.

Presidente da Comissão Organizadora

